

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
MONTE AZUL**

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Relatório dos Auditores Independentes

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio social	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Ao
Conselho e Diretores da
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL
SÃO PAULO – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Comunitária Monte Azul** (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, às demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Comunitária Monte Azul** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado e os testes de “impairment” sobre esses saldos, requeridos pelo pronunciamento técnico NBC TG 1000 (R1) – Seção 17 (ativo imobilizado), não foram realizados pela Associação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente não apresentado controle individual e detalhado dos bens, registrados no ativo imobilizado. A ausência dos controles e análises constitui limitação de escopo de nossos trabalhos, não sendo possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e tampouco sobre seus possíveis impactos no patrimônio social e no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalvas

Ênfase – Renovação do CEBAS

Chamamos a atenção para o assunto divulgado na Nota Explicativa nº 22.b, sobre o indeferimento do Ministério da Saúde / Secretária de Atenção da Saúde a respeito do pedido da Associação para renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, com abrangência aos exercícios de 2015 a 2021 o que resultaria na homologação de sua renúncia, isenção fiscal sobre as contribuições destinadas à seguridade social – INSS. A certificação de entidade beneficente é um instrumento de exigência para o gozo da imunidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos previstos para manutenção e

continuidade de suas operações. Foi requerida pela Associação em 10 de agosto de 2022 antecipação de tutela recursal para concessão de efeito suspensivo sobre o indeferimento a renovação do CEBAS, sendo deferido em 26 de agosto de 2022, determinando que o pedido administrativo passasse por uma reanálise. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação foram por nós examinadas com relatório emitido em 25 de abril de 2022 e contém a mesma ressalva mantida na Base para opinião com ressalva, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023

PRIME
Auditores Independentes S/S
CRC-2-P 023.478/O-7

José Francisco Firmino
Contador
CRC-1-SP 196.425/O-8

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Balancos patrimoniais



		2022						2021		
		SAÚDE		EDUCAÇÃO		ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	TOTAL	TOTAL
		Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
ATIVO	NOTA									
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	686.825	2.373.443	95.467	3.043.124	314.316	1.066.191	2.392.350	9.971.716	15.572.713
Subvenções a receber	5	-	244.214.059	-	3.790.099	-	7.082.991	-	255.087.149	230.455.791
Adiantamentos	6	21.948	1.630.818	28.684	208.289	31.245	184.409	35.817	2.141.210	1.699.166
Valores a receber	7	2.390	308.134	2.970	1.196	-	414	106.474	421.578	190.229
Prêmio de seguros a apropriar	-	19.168	5.834	-	-	-	-	2.462	27.464	20.380
		730.330	248.532.288	127.122	7.042.707	345.562	8.334.005	2.537.103	267.649.117	247.938.278
NÃO CIRCULANTE										
Adiantamentos	6	-	10.533	-	-	-	-	-	10.533	-
Valores a receber	7	-	-	-	-	-	-	48.959	48.959	-
Imobilizado	8	161.706	-	163.543	-	165.776	-	5.199.141	5.690.165	5.471.762
(-) Depreciações	8	(66.231)	-	(42.428)	-	(55.770)	-	(2.574.273)	(2.738.703)	(2.488.779)
		95.474	10.533	121.114	-	110.006	-	2.673.826	3.010.954	2.982.983
TOTAL DO ATIVO		825.805	248.542.821	248.236	7.042.707	455.568	8.334.005	5.210.930	270.660.071	250.921.261
		Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
PASSIVO	NOTA									
CIRCULANTE										
Fornecedores	-	6.120	2.161.791	1.568	4.655	-	9.338	4.146	2.187.619	1.355.620
Obrigações trabalhistas	11	20.051	404.207	28.333	189.656	23.911	210.735	97.774	974.667	7.842.462
Obrigações tributárias	10	8.177	6.893.640	16.520	79.386	10.423	102.746	45.789	7.156.681	5.461.423
Outras contas a pagar	-	120	307.154	319	510	164	4.527	4.416	317.210	143.311
Recursos Governamentais a Realizar	9	-	225.422.616	-	6.443.546	-	7.670.342	-	239.536.504	218.656.033
Férias e encargos a pagar	12	31.202	13.334.413	42.870	324.954	40.985	336.317	173.426	14.284.168	11.543.379
		65.671	248.523.821	89.610	7.042.707	75.482	8.334.005	325.551	264.456.848	245.002.229
NÃO CIRCULANTE										
Contingências trabalhistas	13	-	19.000	-	-	-	-	76.705	95.705	107.705
Contingências Tributárias	13	-	-	-	-	-	-	11.568	11.568	-
Parcelamento IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.528
		-	19.000	-	-	-	-	88.274	107.274	111.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Superávit / (Déficit) acumulado	14	462.052	-	294.931	-	532.519	-	4.535.156	5.824.658	5.203.110
Superávit / (Déficit) do exercício	-	298.082	-	(136.306)	-	(152.433)	-	261.949	271.291	604.689
		760.134	-	158.625	-	380.085	-	4.797.105	6.095.949	5.807.799
TOTAL DO PASSIVO E PL		825.805	248.542.821	248.236	7.042.707	455.568	8.334.005	5.210.930	270.660.071	250.921.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Balancos patrimoniais



		2021						2020		
		SAÚDE		EDUCAÇÃO		ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	TOTAL	TOTAL
		Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
ATIVO	NOTA									
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	200.878	9.509.330	155.566	2.161.944	432.301	737.007	2.375.687	15.572.713	20.853.140
Subvenções a receber	5	-	222.139.738	-	3.846.052	-	4.470.001	-	230.455.791	-
Adiantamentos	6	12.477	1.313.215	20.487	192.485	18.040	109.492	32.970	1.699.166	1.643.319
Valores a receber	7	2.172	92.682	1.230	-	-	-	94.144	190.229	226.841
Estoque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	152.855
Prêmio de seguros a apropriar	-	18.445	-	-	-	-	-	1.935	20.380	17.855
		233.973	233.054.965	177.282	6.200.481	450.341	5.316.500	2.504.737	247.938.278	22.894.011
NÃO CIRCULANTE										
Adiantamentos	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a receber	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	8	129.712	-	161.621	-	164.476	-	5.015.953	5.471.762	5.258.422
(-) Depreciações	8	(45.535)	-	(25.677)	-	(26.618)	-	(2.390.948)	(2.488.779)	(2.342.800)
		84.177	-	135.943	-	137.858	-	2.625.005	2.982.983	2.915.622
TOTAL DO ATIVO		318.149	233.054.965	313.226	6.200.481	588.199	5.316.500	5.129.742	250.921.261	25.809.633
		Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
PASSIVO	NOTA									
CIRCULANTE										
Fornecedores	-	3.781	1.339.084	1.457	2.685	752	6.999	862	1.355.620	1.090.275
Obrigações trabalhistas	11	34.535	7.421.143	19.012	155.271	16.443	115.477	80.581	7.842.462	6.846.930
Obrigações tributárias	10	15.746	5.298.713	7.491	48.182	8.223	47.053	36.016	5.461.423	4.810.870
Outras contas a pagar	-	844	139.989	196	563	-	894	824	143.311	330.534
Recursos Governamentais a Realizar	9	-	207.975.599	-	5.732.531	-	4.947.903	-	218.656.033	(3.530.110)
Férias e encargos a pagar	12	48.254	10.849.435	31.534	261.249	22.295	198.175	132.437	11.543.379	11.017.629
		103.161	233.023.965	59.690	6.200.481	47.712	5.316.500	250.720	245.002.229	20.566.127
NÃO CIRCULANTE										
Contingências trabalhistas	13	-	31.000	-	-	-	-	76.705	107.705	15.000
Contingências Tributárias	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento IPTU	-	-	-	-	-	-	-	3.528	3.528	8.709
		-	31.000	-	-	-	-	80.234	111.234	23.709
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Superávit / (Déficit) acumulado	14	367.027	-	198.038	-	285.899	-	4.352.145	5.203.110	4.237.682
Superávit / (Déficit) do exercício	-	(152.038)	-	55.497	-	254.588	-	446.643	604.689	982.115
		214.989	-	253.535	-	540.487	-	4.798.789	5.807.799	5.219.797
TOTAL DO PASSIVO E PL		318.149	233.054.965	313.226	6.200.481	588.199	5.316.500	5.129.742	250.921.261	25.809.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstrações dos resultados



		2022						2021		
		SAÚDE		EDUCAÇÃO		ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	TOTAL	TOTAL
		Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA									
Doações e contribuições	15	953.504	-	629.102	-	350.821	-	1.998.304	3.931.732	3.819.486
Contratos de gestão e convênios	15	-	215.138.578	-	3.799.626	-	6.022.650	-	224.960.854	180.952.188
Subvenções (SME/ SMADS/ SMDHC)		-	-	-	3.799.626	-	6.022.650	-	9.822.276	8.027.019
Subvenções (038/2015 - Casa Angela)		-	7.143.341	-	-	-	-	-	7.143.341	5.562.498
Subvenções (R012/2015 - ESF)		-	207.995.237	-	-	-	-	-	207.995.237	167.362.671
Vendas e serviços	-	95.653	-	99.480	-	-	-	428.346	623.479	821.579
Gratuidades	22.a	357.032	-	725.804	-	521.636	-	-	1.604.472	1.588.642
Imunidade Usufruída	21	185.125	58.572.554	172.672	1.074.776	131.524	1.368.373	630.053	62.135.077	49.215.961
Trabalho Voluntário	16	40.841	480	22.566	1.862	11.547	79.152	342.839	499.287	239.462
Alugueis	-	-	-	-	-	-	-	48.718	48.718	82.359
Receitas Financeiras	-	7.509	362.951	7.976	132.009	18.381	70.927	291.026	890.779	755.540
Outras Receitas	-	645	-	-	-	-	-	115.294	115.939	931.471
TOTAL DAS RECEITAS		1.640.309	274.074.564	1.657.600	5.008.273	1.033.909	7.541.102	3.854.579	294.810.337	238.406.689
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS										
Atendimento	19	(239.619)	(18.486.701)	(225.893)	(477.329)	(22.853)	(1.829.466)	(218.742)	(21.500.604)	(21.506.884)
Gratuidades Concedidas	22.a	(357.032)	-	(725.804)	-	(521.636)	-	-	(1.604.472)	(1.588.642)
Imunidade Usufruída	21	(185.125)	(58.572.554)	(172.672)	(1.074.776)	(131.524)	(1.368.373)	(630.053)	(62.135.077)	(49.215.961)
Trabalho Voluntário	16	(40.841)	(480)	(22.566)	(1.862)	(11.547)	(79.152)	(342.839)	(499.287)	(239.462)
Pessoal	18	(411.347)	(177.877.781)	(462.744)	(3.036.250)	(436.977)	(3.774.621)	(1.591.795)	(187.591.515)	(147.892.669)
Administrativas	20	(79.280)	(12.989.361)	(23.224)	(121.396)	(37.991)	(149.668)	(361.289)	(13.762.210)	(11.229.490)
Manutenção e Conservação	20	(11.649)	(4.207.406)	(94.515)	(220.950)	(16.705)	(159.640)	(279.698)	(4.990.562)	(4.069.863)
Gerais	20	(4.328)	(1.673.730)	(36.304)	(75.669)	-	(180.108)	(109.483)	(2.079.621)	(1.739.780)
Financeiras	-	(11.189)	(128.168)	(29.970)	(41)	(7.109)	(74)	(53.507)	(230.060)	(210.959)
Tributárias	20	(1.817)	(138.381)	(215)	-	-	-	(5.224)	(145.637)	(108.289)
TOTAL DOS CUSTOS / DESPESAS		(1.342.227)	(274.074.564)	(1.793.906)	(5.008.273)	(1.186.342)	(7.541.102)	(3.592.631)	(294.539.045)	(237.802.000)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		298.082	-	(136.306)	-	(152.433)	-	261.949	271.291	604.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstrações dos resultados



		2021						2020		
		SAÚDE		EDUCAÇÃO		ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	TOTAL	TOTAL
		Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA									
Doações e contribuições	15	930.790	-	894.861	-	552.253	-	1.441.582	3.819.486	4.730.204
Contratos de gestão e convênios	15	-	173.429.750	-	3.381.613	-	4.140.825	-	180.952.188	154.902.976
Subvenções (SME/ SMADS/ SMDHC)		-	504.581	-	3.381.613	-	4.140.825	-	8.027.019	6.737.815
Subvenções (038/2015 - Casa Angela)		-	5.562.498	-	-	-	-	-	5.562.498	4.770.860
Subvenções (R012/2015 - ESF)		-	167.362.671	-	-	-	-	-	167.362.671	143.394.302
Vendas e serviços	-	274.501	-	26.010	-	-	-	521.068	821.579	408.350
Gratuidades	22.a	493.184	-	811.729	-	283.728	-	-	1.588.642	1.119.498
Imunidade Usufruída	21	229.643	46.236.890	169.611	928.277	114.661	911.134	625.745	49.215.961	43.907.359
Trabalho Voluntário	16	11.562	-	33.440	-	-	52.031	142.429	239.462	292.886
Aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	82.359	82.359	87.982
Receitas Financeiras	-	3.026	562.412	4.355	44.250	10.121	26.021	105.355	755.540	249.538
Outras Receitas	-	192	7.437	60.605	-	-	-	863.237	931.471	254.498
TOTAL DAS RECEITAS		1.942.898	220.236.489	2.000.612	4.354.140	960.764	5.130.012	3.781.775	238.406.689	205.953.290
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS										
Atendimento	19	(676.262)	(18.276.383)	(278.451)	(437.712)	(12.312)	(1.363.980)	(461.784)	(21.506.884)	(9.634.795)
Gratuidades Concedidas	22.a	(493.184)	-	(811.729)	-	(283.728)	-	-	(1.588.642)	(1.119.498)
Imunidade Usufruída	21	(229.643)	(46.236.890)	(169.611)	(928.277)	(114.661)	(911.134)	(625.745)	(49.215.961)	(43.907.359)
Trabalho Voluntário	16	(11.562)	-	(33.440)	-	-	(52.031)	(142.429)	(239.462)	(292.886)
Pessoal	18	(578.823)	(140.053.991)	(350.044)	(2.744.342)	(276.810)	(2.345.680)	(1.542.980)	(147.892.669)	(133.885.255)
Administrativas	20	(80.432)	(10.553.544)	(29.223)	(78.053)	(12.252)	(121.451)	(354.536)	(11.229.490)	(9.013.836)
Manutenção e Conservação	20	(5.710)	(3.474.251)	(226.506)	(110.453)	(4.021)	(222.293)	(26.629)	(4.069.863)	(5.353.277)
Gerais	20	(7.954)	(1.430.905)	(33.798)	(55.302)	-	(113.435)	(98.385)	(1.739.780)	(1.364.012)
Financeiras	-	(9.641)	(108.451)	(12.046)	-	(2.391)	(9)	(78.420)	(210.959)	(278.717)
Tributárias	20	(1.725)	(102.074)	(266)	-	-	-	(4.223)	(108.289)	(121.541)
TOTAL DOS CUSTOS / DESPESAS		(2.094.936)	(220.236.489)	(1.945.115)	(4.354.140)	(706.176)	(5.130.012)	(3.335.132)	(237.802.000)	(204.971.175)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(152.038)	-	55.497	-	254.588	-	446.643	604.689	982.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstrações dos resultados abrangentes



	2022							2021	
	SAÚDE		EDUCAÇÃO		ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	TOTAL	TOTAL
	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
Superávit / (Déficit) do exercício	298.082	-	(136.306)	-	(152.433)	-	261.949	271.291	604.689
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	298.082	-	(136.306)	-	(152.433)	-	261.949	271.291	604.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstrações das mutações do patrimônio social



	PATRIMÔNIO SOCIAL				SUPERÁVIT (DÉFICIT)				TOTAL
	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	CONSOLIDADO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	179.965	91.275	171.351	3.795.090	39.402	131.907	125.385	685.421	5.219.797
Valores incorporados	39.402	131.907	125.385	685.421	(39.402)	(131.907)	(125.385)	(685.421)	-
Ajustes de exercícios anteriores	147.660	(25.144)	(10.836)	(128.367)	(152.038)	55.497	254.588	446.643	(16.687)
Superávit do exercício									604.689
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	367.027	198.038	285.899	4.352.145	(152.038)	55.497	254.588	446.643	5.807.799
Valores incorporados	(152.038)	55.497	254.588	446.643	152.038	(55.497)	(254.588)	(446.643)	-
Ajustes de exercícios anteriores	247.064	41.396	(7.969)	(263.633)	298.082	(136.306)	(152.433)	261.949	16.859
Superávit do exercício									271.291
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	462.052	294.931	532.519	4.535.156	298.082	(136.306)	(152.433)	261.949	6.095.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstrações dos fluxos de caixas



	2022						2021		
	SAÚDE		EDUCAÇÃO		ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	TOTAL	TOTAL
	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Recursos Públicos	Recursos Próprios	Consolidado	Consolidado
ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Superávit (Deficit) do exercício	298.082	-	(136.306)	-	(152.433)	-	261.949	271.291	604.689
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais									
Depreciações e amortizações	20.696	-	16.751	-	29.152	-	183.325	249.924	219.470
Ajustes de exercícios anteriores	247.064	-	41.396	-	(7.969)	-	(263.633)	16.859	(16.687)
Superávit (Deficit) do exercício ajustado	565.842	-	(78.159)	-	(131.250)	-	181.642	538.074	807.472
Decréscimo / (acrécimo) em ativos									
Valores a receber	(218)	(22.289.773)	(1.740)	54.757	-	(2.613.404)	(61.289)	(24.911.666)	(230.419.179)
Adiantamentos	(9.470)	(328.136)	(8.197)	(15.804)	(13.206)	(74.916)	(2.847)	(452.577)	(55.847)
Outros créditos	(723)	(5.834)	-	-	-	-	(527)	(7.084)	(2.525)
Estoque	-	-	-	-	-	-	-	-	152.855
(Decréscimo) / acréscimo em passivos									
Fornecedores	2.339	822.707	111	1.970	(752)	2.339	3.284	831.998	265.345
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais	(39.105)	(2.937.032)	29.686	129.295	28.359	289.094	67.956	(2.431.748)	2.171.836
Outras contas a pagar	(724)	167.165	123	(53)	164	3.633	63	170.370	(192.403)
Recursos Governamentais a Realizar	-	17.447.017	-	711.015	-	2.722.439	-	20.880.471	222.186.143
Provisão para contingência	-	(12.000)	-	-	-	-	11.568	(432)	92.705
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	517.940	(7.135.886)	(58.176)	881.180	(116.685)	329.184	199.850	(5.382.593)	(4.993.596)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS									
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(31.994)	-	(1.922)	-	(1.300)	-	(183.188)	(218.403)	(286.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.994)	-	(1.922)	-	(1.300)	-	(183.188)	(218.403)	(286.832)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixas	485.947	(7.135.886)	(60.098)	881.180	(117.985)	329.184	16.663	(5.600.996)	(5.280.428)
Caixa e equivalentes de Caixa no início do período	200.878	9.509.330	155.566	2.161.944	432.301	737.007	2.375.687	15.572.713	20.853.140
Caixa e equivalentes de Caixa no final do período	686.825	2.373.443	95.467	3.043.124	314.316	1.066.191	2.392.350	9.971.716	15.572.713
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixas	485.947	(7.135.886)	(60.098)	881.180	(117.985)	329.184	16.663	(5.600.996)	(5.280.428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

A Associação foi constituída em 1979, com o objetivo filantrópico e sem fins lucrativos, com título de utilidade pública estadual, conforme decreto n° 39.526 de 16 de novembro de 1994 e título de utilidade pública municipal, conforme decreto n° 28.525 de 5 de fevereiro de 1990, registrado no conselho municipal de assistência social, registrado no conselho do município da criança e do adolescente n° 198/94 e tendo como finalidade a promoção de atividades de ação comunitária, visando contribuir para a solução de problemas sociais em comunidades carentes, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação vigor. Dedicar-se também, à realização de desenvolvimento social, bem como a prestação de serviço a órgãos públicos, a instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário e a empresas privadas. Para a consecução desse objetivo, angaria recursos provenientes de setores públicos e privados, nacionais e estrangeiros.

Por se tratar de uma Entidade, certificada e reconhecida judicialmente como entidade beneficente de Assistência Social – CEBAS, com objetivos filantrópicos e sem fins lucrativos, goza de imunidade das contribuições sobre o total da remuneração paga aos empregados (INSS – parcela empregador, seguro contra acidentes de trabalho e terceiros SENAI, SENAC e SEBRAE), bem como, PIS sobre folha de pagamento.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, notadamente, em observação à norma NBC-TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC n° 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, no que forem pertinentes e aplicáveis seus preceitos, e considerando também os aspectos a serem observados por entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho e Diretoria em 18 de abril de 2023.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional da Associação.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão são: a) provisão para créditos de liquidação duvidosa; b) vida útil de ativo imobilizado; c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.



2.4. Reclassificação

Os valores são relativos ao período anterior sofreram reclassificação para melhor comparabilidade com o período atual. A reclassificação afetou diretamente o ativo circulante e passivo circulante, estão detalhados a seguir:

- a) Subvenções a receber - Reconhecimento dos valores a receber referente aos contratos de gestão, convênios e termos de colaboração, firmados com a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP.
- b) Recursos governamentais a realizar – Segregação dos valores líquidos a realizar e a receber dos contratos firmados.

A seguir os efeitos dessa reclassificação no Balanço Patrimonial e na demonstração de fluxo de caixa:

	31/12/2021		
	<u>Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Balanço Patrimonial			
Ativo circulante	17.482.488	230.455.791	247.938.278
Ativo não circulante	2.982.983	-	2.982.983
Total do ativo	<u>20.465.471</u>	<u>230.455.791</u>	<u>250.921.261</u>
Passivo circulante	14.546.438	230.455.791	245.002.229
Passivo não circulante	111.234	-	111.234
Patrimônio líquido - Social	5.807.799	-	5.807.799
Total do Passivo e patrimônio líquido	<u>20.465.471</u>	<u>230.455.791</u>	<u>250.921.261</u>
Demonstração Fluxo de Caixa			
	<u>Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Atividade operacionais			
Valores a receber	36.612	(230.455.791)	(230.419.179)
Recursos governamentais a receber	(8.269.648)	230.455.791	222.186.143
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(4.993.596)</u>	<u>-</u>	<u>(4.993.596)</u>

3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

3.1. Apuração do resultado receita e despesa

As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo CFC por meio da Resolução n.º 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva realização dos recursos. **Todas as receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.**

3.2. Instrumentos financeiros

- a) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.



Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido na negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Associação tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração ao valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quanto tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através de método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos que a Associação possui são: fornecedores e outras obrigações.

3.3. Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. Os valores registrados nos estoques compreendem a produtos doados para revenda.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, conforme Nota Explicativa n.º 7.



As vidas úteis estimadas para os ativos imobilizados, são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Imóveis e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Material hospitalares	10
Computadores	5
Outras imobilizações	5 a 10
Veículos leves, pesados e implementos	5 a 10

3.6. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.7. Provisões

Reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.8. Passivo circulante e não circulante

São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias incorridas.

3.9. Férias e encargos a pagar

Estão registrados integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, com os respectivos encargos sociais até a data do balanço.

3.10. Tributos federais

IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de IR aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

IRPF sobre aplicações financeiras

Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2.º letras “d”, “e”, “g” e “h” e parágrafo 3.º da Lei n.º 9.532/97.

COFINS e PIS

Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas.

3.11. Patrimônio Social

Representado pelo superávit e (déficit) do exercício apurado em conformidade com regime contábil de competência.



4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa		
Caixa	5.787	10.332
Bancos		
Recursos sem Restrição - Programas e Projetos (a)	50	200
Aplicações Financeiras		
Recursos sem Restrição - Programas e Projetos (a)	3.483.416	3.153.901
Recursos com Restrição - Contratos de convênios (b)	4.418.516	3.100.405
Recursos com Restrição - Contratos de Gestão (c)	2.063.947	9.307.876
	<u>9.971.716</u>	<u>15.572.713</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em saldo em poder de bancos. As aplicações financeiras são em moeda nacional, de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras possuíam carência inferior a 90 dias, no momento da aplicação.

- a) Os recursos sem restrições são relacionados a programas e projetos próprios;
- b) Os recursos com restrições estão vinculados as parcerias através de contratos de convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo, com as: (i) Secretaria Municipal de Educação (SME); (ii) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); (iii) Secretaria Municipal da Saúde (SMS); e (iv) Secretária dos Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).
- c) Recursos com restrição relacionado ao Contrato de Gestão R012/2015 - Estratégia da Saúde da Família (ESF).

As aplicações referenciadas como sendo com restrição os valores se encontram aplicados por força de convênios e contrato de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante.

5. Subvenções a Receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Secretária Municipal da Saúde		
Contrato de Gestão (R012/2015 - ESF)	236.356.897	215.074.561
Contrato de Convênio (038/2015 - Casa Angela)	7.857.162	7.065.176
	<u>244.214.059</u>	<u>222.139.738</u>
Secretária Municipal de Educação		
Termo de Colaboração (89/2017 - CEI Monte Azul)	1.434.372	1.392.365
Termo de Colaboração (91/2017 - CEI Horizonte Azul)	1.291.157	1.283.802
Termo de Colaboração (90/2017 - CEI Flamboyant)	1.064.570	1.169.885
	<u>3.790.099</u>	<u>3.846.052</u>
Secretária Municipal de Assistência e Desenv. Social		
Termo de Colaboração (316/2018 - CCA Monte Azul)	933.112	882.841
Termo de Colaboração (034/2019 - CCA Horizonte Azul)	924.932	882.841
Termo de Colaboração (059/2019 - CCA Peinha)	545.922	517.403
Termo de Colaboração (300/2018 - CEDESP Monte Azul)	864.847	634.527
Termo de Colaboração (138/2020 - CEDESP Horizonte Azul)	1.242.768	910.255
Termo de Colaboração (472/2018 - NAISPD III Monte Azul)	697.412	642.134
	<u>5.208.992</u>	<u>4.470.001</u>
Secretária dos Direitos Humanos e Cidadania		
Termo de Fomento (008/2022 - FUMCAD)	1.873.999	-
	<u>1.873.999</u>	<u>-</u>
	<u>255.087.149</u>	<u>230.455.791</u>

Subvenções governamentais a receber se refere aos contratos de convênio e gestão firmados com Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP.



Devido à natureza das receitas, que são substancialmente doações e parcerias com órgão públicos e privados, a Associação não identificou risco de possível perdas nos valores a receber, portanto, não havendo a necessidade de constituição de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

6. Adiantamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento de férias	1.597.703	1.150.474
Adiantamento folha de pagamento	459.410	365.919
Adiantamento vale transporte	77.878	88.152
Adiantamento a fornecedores	15.922	94.572
Adiantamento p/despesas coordenadores	830	50
	<u>2.151.743</u>	<u>1.699.166</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	532.741	416.842
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	1.619.002	1.282.324
	<u>2.151.743</u>	<u>1.699.166</u>
Ativo circulante	2.141.210	1.699.166
Ativo não circulante	10.533	-
	<u>2.151.743</u>	<u>1.699.166</u>

7. Valores a Receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores a Receber - Doações	897	676
Valores a Receber - Vendas Imóveis e Produtos	126.417	63.558
Valores a Receber - Serviços Prestados	30.679	28.763
Valores a Receber - Aluguéis Imóveis	2.800	4.506
Tributos a compensar	3.185	733
Despesas a recuperar	-	43
Subtotal - Contratos de Convênios e Projetos Próprios	163.978	98.280
Título de capitalização - Caução	271.683	86.283
Tributos a compensar	34.876	5.665
Subtotal - Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	306.559	91.949
	<u>470.537</u>	<u>190.229</u>
Ativo circulante	421.578	190.229
Ativo não circulante	48.959	-
	<u>470.537</u>	<u>190.229</u>

8. Imobilizado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Terrenos	557.500	557.500
Imóveis e construções	3.732.811	3.732.811
Computadores	424.988	362.704
Máquinas e equipamentos	327.805	203.065
Móveis e utensílios	221.978	219.907
Veículos leves e pesados	29.600	29.600
Material hospitalar	181.329	153.321
Outros imobilizados	214.154	212.854
	<u>5.690.165</u>	<u>5.471.762</u>
(-) Depreciações acumuladas	(2.738.703)	(2.488.779)
Imobilizado Líquido	2.951.462	2.982.983



Resumo de movimentação 2022

	2021	Adições	Baixas	2022
Terrenos	557.500	-	-	557.500
Imóveis e construções	3.732.811	-	-	3.732.811
Computadores	362.704	62.284	-	424.988
Máquinas e equipamentos	203.065	124.740	-	327.805
Móveis e utensílios	219.907	2.071	-	221.978
Veículos leves e pesados	29.600	-	-	29.600
Material hospitalar	153.321	28.008	-	181.329
Outros imobilizados	212.854	1.300	-	214.154
Total da movimentação do custo	5.471.762	218.403	-	5.690.165
(-) Imóveis e construções	(1.813.695)	(151.386)	-	(1.965.082)
(-) Computadores	(182.654)	(51.961)	-	(234.615)
(-) Máquinas e equipamentos	(166.850)	(21.568)	-	(188.418)
(-) Móveis e utensílios	(89.033)	(6.136)	-	(95.169)
(-) Veículos leves e pesados	(29.600)	-	-	(29.600)
(-) Material hospitalar	(124.274)	(4.448)	-	(128.722)
(-) Outros imobilizados	(82.673)	(14.424)	-	(97.097)
Total da movimentação deprec. Acumulada	(2.488.779)	(249.924)	-	(2.738.703)
Imobilizado Líquido - 2022	2.982.983	(31.521)	-	2.951.462

Resumo de movimentação 2021

	2020	Adições	Baixas	2021
Terrenos	557.500	-	-	557.500
Imóveis e construções	3.732.811	-	-	3.732.811
Computadores	206.677	156.028	-	362.704
Máquinas e equipamentos	201.038	2.027	-	203.065
Móveis e utensílios	214.804	5.103	-	219.907
Veículos leves e pesados	103.092	-	(73.491)	29.600
Material hospitalar	153.321	-	-	153.321
Outros imobilizados	89.179	123.674	-	212.854
Total da movimentação do custo	5.258.422	286.832	(73.491)	5.471.762
(-) Imóveis e construções	(1.662.309)	(151.386)	-	(1.813.695)
(-) Computadores	(155.091)	(27.563)	-	(182.654)
(-) Máquinas e equipamentos	(146.412)	(20.438)	-	(166.850)
(-) Móveis e utensílios	(83.235)	(5.797)	-	(89.033)
(-) Veículos leves e pesados	(103.092)	-	73.491	(29.600)
(-) Material hospitalar	(120.743)	(3.531)	-	(124.274)
(-) Outros imobilizados	(71.918)	(10.755)	-	(82.673)
Total da movimentação deprec. Acumulada	(2.342.800)	(219.470)	73.491	(2.488.779)
Imobilizado Líquido - 2021	2.915.622	67.361	-	2.982.983

A Associação no exercício de 2022 efetuou a venda de um imóvel, porém não movimentado a baixa no ativo imobilizado por não identificação no controle patrimonial.

9. Contratos de Gestão e Convênios – Recursos governamentais a realizar

Contrato de Gestão - Estratégia da Saúde da Família (SMS)

Associação tem firmado contrato de gestão com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, desde o exercício de 2001, para gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde da rede assistencial do Distrito Administrativo Jardim São Luís da supervisão técnica de saúde M' Boi Mirim. Pelo qual recebe repasses da PMSP, sendo aplicados nos objetivos do contrato de gestão.



O Contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, corresponde ao contrato n° R012/2015, com vigência de 2015 a 2020 e prorrogado por mais 60 meses a partir de 1 de agosto de 2020, conforme Decreto n° 58.376/2018.

Em 31 de dezembro de 2022 as unidades de saúde e serviço objeto do contrato de gestão são as relacionadas abaixo. As unidades e os programas são executados por 1.770 colaboradores:

AMA Jardim Alfredo	NASF Jardim Alfredo	UBS Chácara Santana
AMA Parque Figueira Grande	NASF Jardim Souza	UBS Integr. Pq. S. Antônio
AMA Parque Santo Antônio	NASF Jardim Thomas	UBS Integrada Jd. Alfredo
AMA São Luiz	NASF Novo Caminho	UBS Integrada Pq. F. Grande
CAPS Adulto III SL	NASF Novo Jardim	UBS Jardim Souza
CAPS Álcool e Drogas III SL	NASF Pq. Santo Antônio	UBS Jardim Thomas
CAPS Infante Juvenil III SL	NASF Vila das Belezas	UBS Novo Caminho
EMAD M'Boi Mirim	NASF Zumbi dos Palmares	UBS Novo Jardim
NASF Brasília	PAI Jardim Souza	UBS Vila das Belezas
NASF Celeste	Serviço SADT	UBS Zumbi dos Palmares
NASF Chácara Santana	UBS Brasília	
NASF Figueira Grande	UBS Celeste	

Termo de Convênio – Casa Angela (SMS)

Associação tem firmado termo de convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria municipal da saúde (SMS), desde o exercício de 2015, para a prestação de serviços de atendimento humanizado no pré-natal, parto e puerpério em centro de parto normal peri-hospitalar às gestantes de baixo risco e recém-nascidos usuários do Sistema único de Saúde, que residam preferencialmente na região Sul. Os serviços de atendimento humanizado às gestantes e recém-nascidos compreendem três fases: consulta de pré-natal, parto e puerpério, cada um deles contemplando diretrizes, ações e procedimentos especificados no plano de trabalho, sendo aplicados nos objetivos do termo de convênio.

Termos de Colaboração – Centro de Educação Infantil (SME)

Associação tem firmado termo de colaboração com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria municipal de educação (SME). A parceria destina-se ao atendimento às crianças por meio de Centro de Educação Infantil (CEI), segundo as diretrizes técnicas da Secretaria municipal de educação e de acordo com o plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação (DRE) do Campo Limpo. Pelo qual recebe repasses da SME, sendo aplicados nos objetivos do termo de colaboração, resultando no atendimento inteiramente gratuito para os usuários.

Em 31 de dezembro de 2022 os Centros de Educação Infantis objeto dos Termos de Colaboração são os relacionados abaixo:

CEI Monte Azul A.C.

CEI Horizonte Azul

CEI Flamboyant



Termos de Colaboração – Centro para Crianças e Adolescentes (SMADS)

Associação tem firmado termo de colaboração com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). A parceria destina-se ao atendimento por meio de Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), que assegura os direitos socioassistenciais para a população que deles necessitam, tendo em vista o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das atenções oferecidas nos serviços que compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social de âmbito nacional – SUAS e a política de assistência social na cidade de São Paulo, no âmbito da rede de segurança social, mantendo um sistema de vigilância, monitoramento e avaliação, que assegure padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação, bem como informação aos usuários de seus direitos, permitindo a troca de experiências para uma gestão descentralizada e participativa com o compromisso de buscar alternativas para a reversão do processo de reprodução da desigualdade social na cidade de São Paulo. Pelo qual recebe repasses da SMADS, sendo aplicados nos objetivos do termo de colaboração, resultando no atendimento inteiramente gratuito para os usuários.

Em 31 de dezembro de 2022 os Centros para Crianças e Adolescentes objetos dos Termos de Colaboração são os relacionados abaixo:

CCA Monte Azul

CCA Horizonte Azul

CCA Peinha

Termos de Colaboração – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos (SMADS)

Associação tem firmado termo de colaboração com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). A parceria destina-se ao atendimento por meio de Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos (CEDESP), que assegura os direitos socioassistenciais para a população que deles necessitam, tendo em vista o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das atenções oferecidas nos serviços que compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social de âmbito nacional – SUAS e a política de assistência social na cidade de São Paulo, no âmbito da rede de segurança social, mantendo um sistema de vigilância, monitoramento e avaliação, que assegure padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação, bem como informação aos usuários de seus direitos, permitindo a troca de experiências para uma gestão descentralizada e participativa com o compromisso de buscar alternativas para a reversão do processo de reprodução da desigualdade social na cidade de São Paulo. Pelo qual recebe repasses da SMADS, sendo aplicados nos objetivos do termo de colaboração, resultando no atendimento inteiramente gratuito para os usuários.

Em 31 de dezembro de 2022 os Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos objetos dos Termos de Colaboração são os relacionados abaixo:

CEDESP Monte Azul

CEDESP Horizonte Azul



Termos de Colaboração – Núcleo de Apoio a Inclusão Social para pessoas com Deficiência (SMADS)

Associação tem firmado termo de colaboração com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). A parceria destina-se ao atendimento por meio de Núcleo de Apoio a Inclusão Social para pessoas com Deficiência (NAISPD), que assegura os direitos socioassistenciais para a população que deles necessitam, tendo em vista o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das atenções oferecidas nos serviços que compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social de âmbito nacional – SUAS e a política de assistência social na cidade de São Paulo, no âmbito da rede de segurança social, mantendo um sistema de vigilância, monitoramento e avaliação, que assegure padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação, bem como informação aos usuários de seus direitos, permitindo a troca de experiências para uma gestão descentralizada e participativa com o compromisso de buscar alternativas para a reversão do processo de reprodução da desigualdade social na cidade de São Paulo. Pelo qual recebe repasses da SMADS, sendo aplicados nos objetivos do termo de colaboração, resultando no atendimento inteiramente gratuito para os usuários.

Em 31 de dezembro de 2022 o Núcleo de Apoio a Inclusão Social para pessoas com Deficiência é o relacionado abaixo:

NAISPD III Monte Azul

Termo de Fomento – Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente (SMDHC)

Associação tem firmado termo de Fomento com a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). A parceria destina-se ao atendimento por meio do Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente (FUMCAD), cujo escopo do convênio é: com princípios baseados na medicina ampliada pela antroposofia e no atendimento humanizado, promover saúde preventiva e, quando necessário, curativa de 600 adolescentes, por ano de execução do projeto, de idades entre 12 anos e 17 anos e 11 meses, em relação a questões desafiadoras que permeiam a adolescência, tais como: a gravidez e o auto cuidado, educação sexual, doenças sexualmente transmissíveis, o uso de álcool e outras drogas, saúde mental e violência, entre outros; assim como promover orientação e cuidado a mães adolescentes e os seus bebês até que estes completem um ano de vida. Pelo qual recebe repasses dos recursos financeiros da SMDHC em conformidade, para fins de fomento e apoio à execução das atividades do projeto, resultando no atendimento inteiramente gratuito para os usuários.

Em 31 de dezembro de 2022 o projeto do Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente é o relacionado abaixo:

#Emporeda – Cuidado Integrado ao Adolescente

Recursos governamentais a realizar - SME / SMADS / SMS / SMDHC

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Secretária Municipal de Educação	6.443.546	5.732.531
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	5.802.056	4.947.903
Secretária Municipal e Federal da Saúde	225.422.616	207.975.599
Secretária Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania	1.868.286	-
	<u>239.536.504</u>	<u>218.656.033</u>



Os recursos públicos a serem repassados a ACMA para manutenção dos serviços oferecidos nos programas de gestão e convênios para o exercício de 2023 estão estimados em R\$ 239.536.504 Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação constitui a provisão dos valores a receber com base nos contratos e nos termos aditivos.

Conforme a NBC TG 07 as subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas em base sistemática pelo regime de competência. A subvenção recebida é reconhecida no passivo com recursos governamentais a realizar à medida que acontecem os desembolsos tratados como custeio dos contratos de gestão e de convênios firmados.

10. Obrigações previdenciárias e fiscais

Representado pelas obrigações retidas de terceiros a repassar aos cofres públicos, como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS a recolher - Segurados	789.866	569.530
INSS a recolher - s/ prestadores serviços	77.913	88.275
FGTS a recolher	1.476.413	1.303.896
PIS a recolher	231.060	191.805
IRRF a recolher - s/ folha de pagamento	4.386.314	3.168.853
IRRF a recolher - s/ prestadores serviços	43.361	33.608
Outros	151.754	105.456
	<u>7.156.681</u>	<u>5.461.423</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	514.371	296.192
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	6.642.310	5.165.231
	<u>7.156.681</u>	<u>5.461.423</u>

11. Obrigações trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários a Pagar	850.340	7.733.889
Rescisões a Pagar	124.225	99.121
Outros	101	9.452
	<u>974.667</u>	<u>7.842.462</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	859.804	649.079
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	114.862	7.193.383
	<u>974.667</u>	<u>7.842.462</u>

A Associação aderiu ao pagamento salarial dentro do mês de competência a partir de dezembro de 2022 para a folha de pagamento do contrato de Gestão R012/2015 – ESF por questões de planejamento, aderindo essa prática para os demais projetos e programas da associação no ano-calendário de 2023.



12. Férias e encargos a pagar

O saldo representa as obrigações aos colaboradores, referente às férias por período adquirido e encargo social:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias a pagar	13.226.292	10.590.576
Encargos a pagar	1.057.877	952.803
	<u>14.284.168</u>	<u>11.543.379</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	1.487.805	1.066.829
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	12.796.363	10.476.550
	<u>14.284.168</u>	<u>11.543.379</u>

13. Provisões para contingências

A Associação tem ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões judiciais cíveis, trabalhistas e tributários. A Associação com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e eventuais discussões ainda não formalizadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, conforme relacionamos a seguir:

	<u>2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Encerramento ou liquidação</u>	<u>2022</u>
Cíveis	-	-	-	-
Trabalhistas	107.705	-	(12.000)	95.705
Tributário	-	11.568	-	11.568
	<u>107.705</u>	<u>11.568</u>	<u>(12.000)</u>	<u>107.274</u>
Convênios e Projetos Próprios	76.705	11.568	-	88.274
Contrato de Gestão R012/2015	31.000	-	(12.000)	19.000
	<u>107.705</u>	<u>11.568</u>	<u>(12.000)</u>	<u>107.274</u>

A Associação defende-se em outros processos administrativos e judiciais cíveis, trabalhistas e tributários. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	616.997	945.997
Trabalhistas	950.000	753.071
Tributário	41.742	43.311
	<u>1.608.739</u>	<u>1.742.379</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	548.739	579.814
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	1.060.000	1.162.564
Total das contingências possíveis	<u>1.608.739</u>	<u>1.742.379</u>

14. Patrimônio Social

Representado pela dotação inicial, e pelos superávits e déficits acumulados, combinado com doações, destinadas à Associação.



15. Receitas operacionais

As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas de doações de pessoas físicas e jurídicas do Brasil e do Exterior, subvenções convênios e parcerias com órgãos ou Entidades públicas, conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Doações Pessoa Física Brasil	153.776	128.011
Doações Pessoa Jurídica Brasil	2.052.688	1.425.497
Doações Exterior	1.291.557	1.159.139
Outras doações das atividades	433.710	1.106.839
	<u>3.931.732</u>	<u>3.819.486</u>
Subvenções - SMADS (Convênio)	4.727.878	4.140.825
Subvenções - SME (Convênio)	3.788.915	3.381.613
Subvenções - SMS (Convênio)	7.143.341	5.562.498
Subvenções - SMS (Contrato de Gestão)	207.995.237	167.362.671
Subvenções - PROAC (Convênio)	10.711	-
FUMCAD - SMDHC (Convênio)	1.294.771	504.581
	<u>224.960.854</u>	<u>180.952.188</u>

16. Trabalho Voluntário

Em atendimento à Resolução CFC n° 1.409 de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, que define que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação.

A mensuração dos trabalhos voluntários da governança e de profissionais técnicos, foram efetuadas com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais em 31 de dezembro de 2022:

	Quantidade	Valor por hora (R\$)	Total de horas / ano (média)	Valor total anual (R\$)
Diretor Presidente	1	94	1.200	112.272
Diretores	2	94	552	103.290
Conselho de Administração	9	94	24	20.209
Conselho Fiscal	3	94	24	6.736
Gestor (Programas e Projetos)	1	45	368	16.575
Especialistas (Advogado)	1	766	96	73.490
Especialistas (Arquiteto)	2	63	20	2.510
Especialistas (Terapeuta)	6	30	229	41.321
Operacional (Estrangeiros)	13	12	375	56.803
Operacional (Brasileiros)	24	12	237	66.080
	<u>62</u>	<u>1.301</u>	<u>3.125</u>	<u>499.287</u>

Em 31 de dezembro de 2021:

	Quantidade	Valor por hora (R\$)	Total de horas / ano (média)	Valor total anual (R\$)
Diretor Presidente	1	71	300	21.243
Diretores	2	71	144	20.393
Conselho Fiscal	3	71	24	5.098
Conselho de Administração	9	71	24	15.295
Gestor (Programas e Projetos)	1	38	294	11.025
Operacional (Advogado)	3	723	61	132.968
Operacional (Arquiteto)	2	52	320	33.440
	<u>21</u>	<u>1.096</u>	<u>1.167</u>	<u>239.462</u>



17. Resultado segregada por área

De acordo com o Art. 33 da Lei n.º 12.101/09 (revogada) pela Lei Complementar n.º 187/21. Cabe à entidade beneficente manter escrituração segregada por área de atuação, de modo a evidenciar o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas. As demonstrações de resultado dos exercícios foram evidenciadas, considerando-se os grupos de contas definidos na estrutura conceitual básica da contabilidade. Obedecendo-se ao critério de segregação das contas de resultado por área.

Esclarecer que em face da adoção da Norma Brasileira NBC TG 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais os recursos devem ser reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. Portanto a apuração dos resultados dos exercícios dos projetos vinculados a contratos de gestão e convênios representa “zero”, conseqüentemente o mesmo efeito no patrimônio líquido da ACMA.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saúde	298.082	(152.038)
Educação	(136.306)	55.497
Assistência Social	(152.433)	254.588
Atividades sustentáveis	261.949	446.643
	<u>271.291</u>	<u>604.689</u>

Superávit em 31 de dezembro de 2022

Contribui para o superávit de R\$ 271.291 as doações recebidas pela Casa Ângela no 4º trimestre e demais receitas com a venda de um imóvel, conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 8 e as vendas de bens e serviços das atividades meio (Bazar, Treinamento e Consultoria). Os recursos serão destinados para a manutenção da estrutura, qualidade nos atendimentos e o reequilíbrio financeiro dos projetos próprios de acordo com a necessidade demandada nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Superávit em 31 de dezembro de 2021

Contribui para o superávit de R\$ 604.689 demais receitas oriundas com a venda de um imóvel, doações de parceiros específicos contabilizadas em projetos próprios da área de assistência social e educação, que foram destinados para custeio dos programas e projetos no ano-calendário de 2022 e as vendas de bens das atividades meio (Bazar) destinados para a manutenção da estrutura e qualidade nos atendimentos dos projetos próprios de acordo com a necessidade demandada nas áreas da saúde.

O superávit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e à Resolução CFC n.º 1.409 de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.



18. Despesas com pessoal

As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos, e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes, a seguir demonstramos a composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e ordenados	(131.400.751)	(102.708.153)
Férias e 13º Salário	(27.774.128)	(21.925.417)
Encargos	(15.045.932)	(12.440.738)
Benefícios, rescisões, e outros	(13.370.704)	(10.818.362)
	<u>(187.591.515)</u>	<u>(147.892.669)</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	(15.478.976)	(12.464.513)
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	(172.112.539)	(135.428.156)
	<u>(187.591.515)</u>	<u>(147.892.669)</u>

19. Despesas com atendimento

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Alimentação	(2.234.873)	(1.614.489)
Serviços prestados Pessoa Jurídica	(17.961.323)	(17.410.057)
Serviços prestados Pessoa Física	(59.482)	(612.400)
Materiais de Atendimento	(1.048.219)	(1.301.726)
Outros gastos com atendimento	(196.707)	(568.212)
	<u>(21.500.604)</u>	<u>(21.506.884)</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	(3.776.565)	(4.141.433)
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	(17.724.040)	(17.365.452)
	<u>(21.500.604)</u>	<u>(21.506.884)</u>

20. Despesas gerais e administrativa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Manutenção e Conservação	(4.990.562)	(4.069.863)
Serviços Prestados	(6.610.950)	(6.217.003)
Locação de Imóveis	(1.629.780)	(1.018.373)
Locação de Equipamentos	(3.387.292)	(2.340.228)
Concessionárias	(1.447.932)	(1.206.751)
Veículos	(631.689)	(533.029)
Tributária	(145.637)	(108.289)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.134.188)	(1.653.886)
	<u>(20.978.030)</u>	<u>(17.147.422)</u>
Contratos de Convênios e Projetos Próprios	(2.592.372)	(2.126.009)
Contrato de Gestão R012/2015 - ESF	(18.385.658)	(15.021.413)
	<u>(20.978.030)</u>	<u>(17.147.422)</u>

21. Imunidade usufruída

Demonstramos o valor da imunidade previdenciária, como se fosse gozada, conforme artigo 1.º, da Lei n.º 12.101/09 (revogada) pela Lei Complementar n.º 187/21:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS (Cota patronal)	42.267.695	33.074.449
	<u>42.267.695</u>	<u>33.074.449</u>



A Associação goza ainda de benefício fiscal referente à PIS, COFINS e ISS conforme as Leis nos 9.718/98 e 10.833/03, apresentados pelo resultado líquido de zero, entre as despesas incorridas como se obrigações fossem e os subsídios recebidos. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada em 31 de dezembro de 2022 e 2021, caso a obrigação devida fosse.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos, contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), em função de sua natureza de Entidade filantrópica.

A composição é conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS, COFINS (0,65% e 3% s/receitas)	8.383.346	6.811.159
ISS (5% s/receitas)	11.484.036	9.330.354
	<u>19.867.382</u>	<u>16.141.513</u>

Requisitos para manutenção da imunidade tributária

A associação é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da imunidade tributária determinada pelo artigo 29 da Lei n.º 12.101/09 09 (revogada) pela Lei Complementar 187/21, cumpri os seguintes requisitos:

Estatutários

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 39 do Estatuto Social);
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 36 do Estatuto Social);
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 38 do Estatuto Social);
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 41 do Estatuto Social);
- consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei n.º 8.742/93 (LOAS) e Decreto n.º 6.308/07 (art. 02 do Estatuto Social).

Operacionais e Contábeis

- Situação das certidões negativas de todas as repartições (Municipal, Estadual e Federal)

Certidão negativa Federal – Situação regular

Certificado de regularidade do FGTS – Situação regular.



- *Mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;*
- *Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;*
- *Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;*
- *Elabora as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independente.*

22. Obrigações para fins de Manutenção do CEBAS

No atendimento ao disposto na Lei Complementar n.º 187/21, a associação é reconhecida como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação, seus principais projetos são:

Assistência Social

A Associação realiza Serviços Socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, obedecem aos requisitos nos termos da Lei 8.742/1993, conforme detalhado abaixo;

Programas com Parcerias (SMADS)	Tipificação do Serviços Socioassistenciais	Local (Núcleo)	Atendidos (média/ dia)	Custos Atendimentos (Anual)
CCA - Nossa Ciranda	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Monte Azul	210	988.724
		Peinha	124	536.778
		Horizonte	210	893.401
CEDESP - Tecendo o Futuro	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Monte Azul	85	750.361
		Horizonte	119	930.740
NAISPD - Caminhando Juntos	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	Monte Azul	83	684.764

- (i) *CCA - Centro de criança e adolescente/ Nossa Ciranda – com aproximadamente **544 crianças** atendidas por dia, tendo 741 crianças matriculadas no decorrer do ano-calendário;*
- (ii) *CEDESP - Centro de desenvolvimento social e produtivo/ Tecendo Futuro – com aproximadamente **204 jovens e adultos** atendidos por dia, tendo 483 jovens e adultos matriculados no decorrer do ano-calendário;*
- (iii) *NAISPD - Núcleo de apoio a inclusão social para pessoas com deficiência / Caminhando Juntos – com aproximadamente **83 jovens e adultos** atendidos por dia, tendo 94 jovens e adultos matriculados no decorrer do ano-calendário;*

Programas com Parcerias (FUMCAD - SMDHC)	Local (Núcleo)	Atendimentos (Anual)	Custos Atendimentos (Anual)
#Empodera	Monte Azul	2.047	1.308.809

- (i) *FUMCAD – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – com **2.047 atendimentos** individuais e **2.178 atendimentos** em grupos, vivências e oficinas (Início do convênio em abril 2022);*



Programas Próprios	Local (Núcleo)	Atendidos (média/ dia)	Custos Atendimentos (Anual)
Escola de Música	Monte Azul	67	354.266
Impulsionando o Futuro	Monte Azul	53	57.883
	Horizonte Azul	27	109.487

- (i) *Escola de Música – com aproximadamente **67 crianças e adolescentes** atendidas por dia, tendo 82 crianças e adolescentes matriculadas no decorrer do ano-calendário;*
- (ii) *Impulsionando Futuro – com aproximadamente de **80 jovens e adultos** atendidos por dia, tendo 211 jovens e adultos matriculados no decorrer do ano-calendário;*

Educação

A Associação atua na área da Educação, no nível de Ensino da Educação básica (Educação Infantil), possui processo seletivo de concessão de bolsa de estudo, a fim de conceder bolsa de estudo integral, em atendimento a Lei Complementar n° 187/21. As bolsas de estudo são benefícios de assistência educacional, concedido ao aluno observando a proporção devida, ou seja, 20% dos atendimentos, mediante avaliação do perfil socioeconômico e demais critérios definidos pelo ministério da educação.

Programas com Parcerias (SME)	Local (Núcleo)	Atendidos (Dez 2022)	Custos Atendimentos (Anual)
CEI - Infância Querida	Monte Azul	108	1.327.366
	Horizonte Azul	118	1.364.720
	Horizonte Azul (Flamboyant)	103	1.227.549

- (i) *CEI - Centro de educação infantil / Infância Querida – com **329 crianças** atendidas em dezembro de 2022, tendo 410 crianças matriculadas no decorrer do ano-calendário;*

Saúde

Programas com Parcerias (SMS)	Local (Núcleo)	Atendimentos (Anual)	Custos Atendimentos (Anual)
Contrato de Gestão R012/2015	ESF - Distrito J.D. São Luís	3.441.922	208.345.703
Casa Ângela - SUS	Monte Azul	11.337	7.155.826

- (i) *Contrato de Gestão R012/2015 (ESF) – com **3.433.808 atendimentos** não relacionados ao COVID-19 e **8.114 pessoas** alcançadas nas ações relacionadas ao COVID-19 - **Fonte: Siga Saúde - Relatório AT 02.** Esses dados contemplam os atendimentos previstos no Contrato de Gestão como meta e todos os outros procedimentos realizados que não estão no escopo de meta do referido contrato, ou seja, contemplam toda a produção assistencial oferecida.*
- (ii) *Casa Ângela SUS – com aproximadamente **11.337 atendimentos no pré-natal e pós-parto**, sendo **499 partos acompanhados** e **383 partos concluídos**. Os grupos realizados atingiram **6.020 participantes**;*



Programas Próprios	Local (Núcleo)	Atendimentos (Anual)	Custos Atendimentos (Anual)
Ambulatório	Monte Azul	8.012	415.656

- (i) *Ambulatório médico terapêutico – com aproximadamente **8.012 atendimentos** dos quais **6.882 foram atendimentos gratuitos**. Dentre os atendimentos temos: clínico geral, ginecologista, pediatria, fisioterapia, biografia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, meditação, terapias e enfermagem. Os grupos realizados atingiram **1.259 participantes**;*

Cultura

Programas com Parcerias (PROAC - SSEC)	Local (Núcleo)	Atendidos (média/ mensal)	Custos Atendimentos (Anual)
Raízes Culturais	Monte Azul	70	12.000

- (i) *PROAC - SSEC Raízes Culturais – com aproximadamente **70 participantes** nas oficinas sociais por mês, tendo 101 participantes matriculados no decorrer do ano-calendário;*

Programas Próprios	Local (Núcleo)	Atendimentos (Anual e média)	Custos Atendimentos (Anual)
Humanização Social	Monte Azul	2.945	65.559
Raízes Culturais	Monte Azul	3.193	74.855
Horta Educativa	Horizonte Azul	173	537.454
Jardim Sonho de Luz	Monte Azul	18	147.060
Pontinho de Cultura	Monte Azul	139	47.936

- (i) *Humanização Social – com aproximadamente **2.945 participantes**, entre diversas atividades, como palestras e reuniões;*
- (ii) *Raízes Culturais – com aproximadamente **53 participantes** nas oficinas sociais por mês, tendo 73 participantes matriculados no decorrer do ano-calendário e **3.140 participantes** nos eventos sociais;*
- (iii) *Horta Educativa – com aproximadamente **173 atendidos** por dia, entre crianças, jovens e adultos. Os grupos realizados atingiram **3.997 participantes**;*
- (iv) *Jardim Sonho de Luz – com aproximadamente **18 crianças** atendidas por dia, tendo 21 crianças matriculadas no decorrer do ano-calendário (Programa encerrado);*
- (v) *Pontinho de Cultura – com aproximadamente **139 atendidos** por dia, nas diversas atividades recreativa e manuais;*

Atividades Sustentáveis

Programas Próprios	Local (Núcleo)	Atendimentos (Anual e média)	Custos Atendimentos (Anual)
Cursos de Qualificação	Monte Azul	47	198.020
Voluntários	Monte Azul, Horizonte e Peinha	38	28.966
Mainumby	Monte Azul	81	137.669
NUPEC	Monte Azul	720	12.891



- (i) *Cursos de Qualificação – com aproximadamente **47 jovens** por dia atuando em cursos de qualificação profissional, tendo 91 matriculados no decorrer do ano-calendário;*
- (ii) *Voluntários – com aproximadamente **4 voluntários estrangeiros**, tendo 13 voluntários no decorrer do ano-calendário e **34 voluntários nacionais**, tendo 62 voluntários no decorrer do ano-calendário (Retorno do programa com a amenização da pandemia do COVID-19);*
- (iii) *Mainumby Memória e metodologia – com aproximadamente **81 participantes** nas oficinas sociais por mês, tendo 100 participantes matriculados no decorrer do ano-calendário;*
- (iv) *NUPEC Núcleo de pesquisa, Ensino e Consultoria Casa Ângela – com aproximadamente **720 atendimentos**, fornecendo a alunos de imersão, residentes, estagiários e outros, curso e treinamento de capacitação aos profissionais da saúde;*

Para a realização desses projetos a Associação conta com o apoio de diversas pessoas físicas, jurídicas, além dos convênios com a PMSF, cujo montante está refletido na Nota Explicativa n.º 15.

22.a Gratuidades

Conforme o ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com gratuidade, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades. Exaltando que o benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

O quadro a seguir, demonstra a quantidade de atendimentos e valores aplicados em gratuidades nos programas e projetos sociais próprios em cada área de atuação:

Área de atuação	Local (Núcleo)	Atendimentos (Anual e média)	Custos Atendimentos (Anual)
Saúde	Monte Azul	6.882	357.032
Educação e Cultura	Monte Azul	6.450	725.804
Assistência Social	Monte Azul	147	521.636
Total		13.479	1.604.472

22.b Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS

Para assegurar este benefício do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS faz-se necessário à renovação periódica do Certificado, o qual, mediante a análise do processo administrativo n.º 25000.205052/2014-13 junto ao Ministério da Saúde, indeferido em 12.12.2018 portaria n.º 1.936 publicado em 20.12.2018 no diário oficial da União. No entanto, tempestivamente em 21.01.2019 fora interposto recurso administrativo objetivando combater o indeferimento e, em 29.08.2019 protocolado ação judicial sob n.º 1024573-41.2019.4.01.3400 onde os autos foram remetidos a distribuição da 22.ª Vara Cível SJDF, com indeferimento da tutela antecipada em 03.09.2019. A Associação interpôs Agravo de Instrumento e obteve deferimento em 23 de outubro de 2019 do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região garantindo a antecipação da pretensão recursal para suspender os efeitos do ato



de indeferimento de concessão de novo CEBAS à Associação e mantendo os efeitos da certificação anterior, até a definição final da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2028, posteriormente, porém, o referido recurso perdeu o objeto em razão da sentença que julgou o pedido principal improcedente (22/09/2020), neste contexto foi oposto embargos de declaração em 08/10/2020, admitidos, mas não acolhidos, recurso de apelação interposta em 29/09/2021, contrarrazões de apelação apresentada pela União em 30/03/2022 e processo remetido ao tribunal; em 10/08/2022 foi requerida antecipação de tutela recursal para que a relatora da apelação concedesse efeito suspensivo da decisão que indeferiu a renovação de CEBAS da apelante, sendo deferida pela mesma em 26/08/2022, determinando, porém, que o pedido administrativo passasse por uma reanálise; em 20/09/2022 o cumprimento da decisão foi comunicado pela União através de publicação da portaria que deferiu a renovação de CEBAS da Monte Azul conforme a Portaria 577.

23. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

24. Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores referem-se basicamente a saldos pertencentes aos convênios refletidos no patrimônio social no montante de R\$ 16.859 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 16.687 em 2021), atendendo em sua conformidade ao CPC PME Seção 10.

25. Eventos subsequentes

Em março de 2023 a Administração da Associação tomou conhecimento do auto de infração lançado e detalhado pelo Fisco Municipal por descumprimento de obrigação acessória, falta de emissão de nota fiscal por serviços prestados gratuitos, basicamente relacionados as atividades de atendimentos médicos, parto humanizado, consultoria e programa de aprendizagem totalizando o valor lançado da multa de R\$ 13.559.863, referente ao período de incidência de novembro de 2017 a dezembro de 2020.

Baseado em parecer do Escritório de Advocacia, especializado, que cuida das questões fiscais da Associação, a Administração classifica como possíveis as probabilidades de ter que pagar as multas indicadas, sem a necessidade de constituição de provisões, uma vez que o parecer indica a possibilidade de reversão das Autuações, senão na fase administrativa, no Judiciário, uma vez que a Jurisprudência é inteiramente a favor das teses do Contribuinte. Sendo o parecer “a jurisprudência aponta maior êxito para a Associação Comunitária Monte Azul, tendo em vista o equívoco da fiscalização exigir emissão de nota fiscal em relação aos serviços prestados no âmbito do SUS, exigência de nota fiscal em relação aos serviços gratuitos, ademais, ressaltamos que o valor da multa é desproporcional em relação aos serviços prestados, todos estes fatores que contribuem para a anulação da fiscalização”.

* * *